

A INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO NA SEDE (POLO CAMETÁ) DO CAMPUS DE CAMETÁ – UFPA

THE INTERIORIZATION OF THE PUBLIC UNIVERSITY: A STUDY AT THE HEADQUARTERS (POLO CAMETÁ) OF THE CAMPUS OF CAMETÁ – UFPA

Madson Jesus Farias Trindade¹

João Batista do Carmo Silva²

Resumo: O presente trabalho busca compreender a interiorização da universidade pública, por meio de um estudo na sede do Campus de Cametá da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta pesquisa tem como objetivos analisar as contribuições e os desafios da interiorização da sede (Polo Cametá), no período de 2018 e 2021. A metodologia pauta-se em uma pesquisa fundamentada na abordagem qualitativa, com viés do materialismo histórico-dialético, desenvolvida em três fases, que englobam a revisão de literatura, pesquisa de campo e a sistematização e análise dos dados. Os resultados nos possibilitam entender que nos últimos anos, tem sido difícil ampliar o número de vagas e melhorar a qualidade da oferta da educação superior na Região Amazônica, especificamente no estado do Pará. Conclui-se que a pesquisa demonstra as potencialidade e desafios da universidade pública em proporcionar ciência e tecnologia e desenvolvimento social em municípios do estado do Pará.

Palavras-chave: Educação. Universidade Pública. Interiorização.

Abstract: The present work seeks to understand the interiorization of the public university, through a study at the headquarters of the Cametá Campus of the Federal University of Pará (UFPA). This research aims to analyze the contributions and challenges of the interiorization of the headquarters (Polo Cametá), in the period of 2018 and 2021. The methodology is based on a research based on the qualitative approach, with a bias of historical-dialectical materialism, developed in three phases, which encompass the literature review, field research and data systematization and analysis. The results allow us to understand that in recent years, it has been difficult to increase the number of vacancies and improve the quality of the higher education offer in the Amazon Region, specifically in the state of Pará. It is concluded that the research demonstrates the potential and challenges of the public university in providing science and technology and social development in municipalities in the state of Pará.

Keywords: Education. Public University. Interiorization

1 Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus Universitário do Tocantins, Cametá, Pará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5553136745244453>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4282-3414>. E-mail: madsonjfrindade@gmail.com

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins, vinculado à Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Cametá, Pará, Brasil. E-mail: jbatista@ufpa.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5437954641195296>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3170-4735>.

Introdução

Este artigo investiga o processo de interiorização da UFPA, no que tange a longa caminhada dos jovens, entre a “escola pública” e a “universidade pública”, como ocorre no caso de muitos alunos do Curso de Pedagogia, bem como no âmbito de muitos outros cursos do Campus de Cametá. Esse é contexto dentro do qual se articula o processo de interiorização do Campus de Cametá. Da interiorização, forjada em uma concepção de universidade multicampi que estrutura as ações da UFPA no âmbito de suas inserções regionais.

Estrutura-se com os seguintes objetivos: 1- Analisar as contribuições e os desafios da interiorização da sede (Polo Cametá), do Campus de Cametá da Universidade Federal do Pará, no período de 2018 e 2021; 2- Analisar as contribuições da política de extensão, a política de cotas e a assistência estudantil, no que tange ao acesso e permanência nos cursos de graduação da sede (Polo Cametá).

O percurso metodológico fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com base no materialismo histórico-dialético, desenvolvida em três fases, que englobam a revisão de literatura, pesquisa de campo e a sistematização e análise dos dados. Na abordagem qualitativa, segundo Guerra (2014) “o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente, ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação” (GUERRA, 2014, p. 11). Nesse sentido, será possível reunir informações detalhadas dentro do contexto da realidade dos alunos oriundos das escolas públicas de Ensino Médio localizadas no município de Cametá do Pará.

A primeira fase estará relacionada à revisão de literatura, tendo a finalidade de realizar um levantamento bibliográfico sobre as categorias: Universidades Públicas, Universidade Multicampi, Interiorização, Educação Básica, Ensino Médio, Extensão Universitária e Assistência Estudantil. Possibilitar-se-á, dessa forma, uma reflexão acerca dos desafios do passado e presente para a efetivação desse modelo de educação no Brasil.

Pretende-se, nesse processo, identificar artigos em periódicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertação em meio digital e em bibliotecas que contemplem o teor da pesquisa. Na fase da pesquisa de campo, buscar-se-á compreender a realidade dos sujeitos da pesquisa, pois, segundo Severino (2007) o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio, nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem. Sendo assim, diretamente observados, foi adotado, como instrumento de coleta de dados, a pesquisa documental, sendo uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, com base nos registros documentais do fenômeno em estudo.

No caso da pesquisa documental, tem como documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentações legais (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

Por fim, será realizada a sistematização e a apreciação dos dados coletados de todas as etapas da pesquisa, com base na análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações pontuadas na pesquisa de campo, que tende a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das comunicações indicadoras, a indução e a conclusão dos conhecimentos referentes às categorias de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2011).

O presente artigo possui uma “Introdução” a respeito do objeto de pesquisa, seguido de uma “Metodologia” pautada na abordagem qualitativa com segmento no materialismo histórico-dialético e

outra subseção intitulada “Resultados e discussão” que contém os principais resultados alcançados, e conseqüente a discussões levantadas que possui as principais teoria e ideias consoante a temática em que foram levantadas diante desta pesquisa e por último as “Referências” utilizada nesse artigo.

Contextualizando os desafios da interiorização da universidade pública na Amazônia

A presente investigação foi realizada no Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Cametá é um município do Estado do Pará, Brasil, localizado à margem esquerda do Rio Tocantins, num espaço que compreende cerca de 3 km de extensão, fica numa distância de aproximadamente 150 km em linha reta da capital paraense. Segundo o IBGE (2010), a população cametaense está estimada em 120.896 habitantes. Desses habitantes, 42.435 vivem na zona urbana e 50.843 na zona rural (IBGE 2010).

Uma das maiores dificuldades das políticas educacionais, nos últimos anos, tem sido ampliar o número de vagas e melhorar a qualidade da oferta do Ensino Médio. Essa dificuldade está apresentada na “meta 03” do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n.º 13.005/2014), que busca “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”. Apresenta-se, ainda, na meta 10, que visa “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional”, e na meta 11, que busca “triplicar as matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. Soma-se a essa preocupação a meta 12, que visa “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

Por outro lado, a meta 20 busca “ampliar o investimento público em educação pública para atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio”. Mas, desconsiderando a imensurável importância dessa meta para a implementação e melhoria da educação pública no Brasil, o Governo Federal aprovou, em 2016, a Emenda Constitucional n.º 95/2016 que congela por vinte exercícios financeiros os investimentos na área social no Brasil, inclusive na área da educação, fato esse que torna praticamente impossível o atendimento dessas metas.

Essa realidade torna-se ainda mais grave na Região Amazônica, mais especificamente no estado do Pará. Soma-se a essa problemática a disparidade entre o número de alunos egressos do Ensino Médio e o número de vagas nas universidades públicas brasileiras. Os dados mostram um número muito pequeno de vagas nas universidades públicas para a grande demanda de alunos oriunda do Ensino Médio que busca as universidades. Não existem, no Brasil, políticas públicas educacionais que trabalhem a resolução dos problemas de forma integrada, por meio das quais se busque alternativa de problemas estruturais da educação brasileira que perpassam a educação básica e a educação superior, além da ausência de uma política que possibilite a criação de um sistema nacional de educação e não, de outro modo, a justaposição de partes fragmentadas constituídas pelas redes federal, estadual e municipal de ensino pelo Brasil.

Como exemplo, para termos uma ideia da dimensão dessa realidade, no Pará, a Secretaria de Estado de Educação utiliza uma estrutura de gestão formada por 40 diretorias (22 Unidades Regionais de Ensino (URE) e 18 Unidades Seduc na Escola (USE) na URE - Belém), a fim de fazer a gestão de 839 escolas e 475.244 matrículas, em 2021. Atualmente, o número de escolas é de 844 escolas e 532.479 matrículas em 2022. São disparidades diversas, que precisam ser analisadas na perspectiva da totalidade e da complexidade histórica do real.

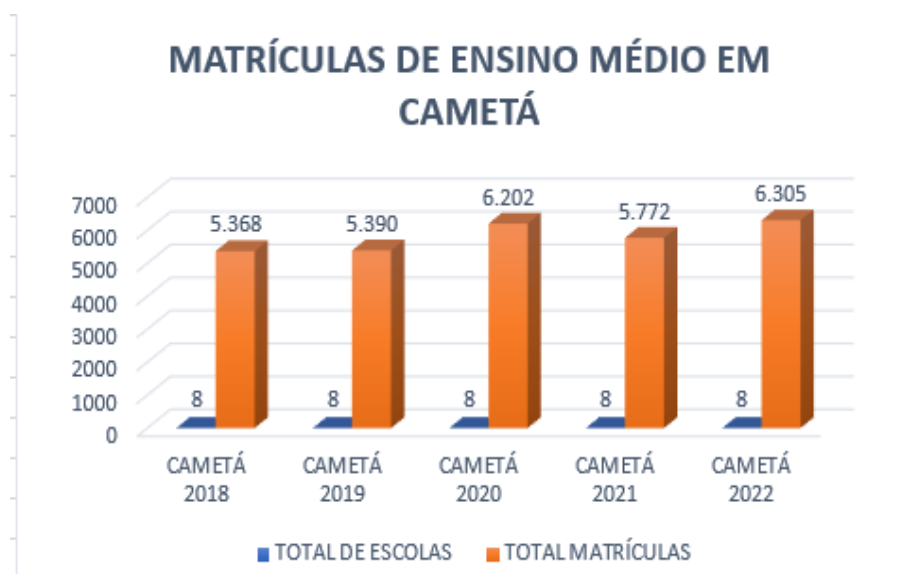
Tabela 1. 2º URE - CAMETÁ

MUNICÍPIO	TOTAL DE ESCOLAS	TOTAL DE ANEXOS	TOTAL DE VINCULADAS	TOTAL MATRÍCULAS
BAIAO	1	0	1	1.921
CAMETA	8	0	0	6.305
LIMOEIRO DO AJURU	2	0	0	1.651
MOCAJUBA	2	0	0	2.234
OEIRAS DO PARA	1	0	0	1.443
TOTAL DA URESS	14	0	1	13.554

Fonte: Seduc (2022).

A 2ª URE - CAMETÁ é responsável pela gestão da oferta do Ensino Médio na região, o qual manifesta-se em várias modalidades de oferta: Ensino Médio Regular, SOME, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, PROEJA, MUNDIAR e EJA. A 2ª Unidade Regional de Ensino - URE, localizada no município de Cametá, é a representação da Secretaria de Estado de Educação na região do Baixo Tocantins e abrange os seguintes municípios: Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro de Ajuru, Mocajuba e Baião. Sob a sua jurisdição, encontram-se 14 (quatorze) escolas de Ensino Médio da rede pública estadual de ensino.

Gráfico 1. Matrículas do ensino médio em Cametá



Fonte: (TRINDADE, SILVA, 2022).

O município de Cametá, possui 8 escolas de ensino médio que são: Centro Integrado De Educação do Baixo Tocantins; Centro Integrado de Formação Profissional de Cametá; EEEM Abraão Simão Jatene; EEEM Heriberto Barroso Aragão; EEEM Julia Passarinho; EEEM Magalhaes Barata; EEEM Osvaldina Muniz; EEEM Padre João Boonekamp. Conforme o (Gráfico), em 2018 o número de escolas de ensino médio fo-

ram 8 e números de matrículas de alunos no ensino médio no município de Cametá foi de 5.368. Em 2019, permaneceu o mesmo número de escolas de ensino médio, porém números de matrículas de alunos no ensino médio no município de Cametá foi de 5.390. Em 2020, permaneceu o mesmo número de escolas de ensino médio, já os números de matrículas de alunos no ensino médio no município de Cametá foi de 6.202. Em 2021, permaneceu o mesmo número de escolas de ensino médio, mas os números de matrículas de alunos no ensino médio no município de Cametá foi de 5.772. Atualmente, em 2022, o número de escolas foram 8 e números de matrículas de alunos no ensino médio no município de Cametá foi de 6.305.

Diante desses dados é possível perceber a demanda muito grande de alunos matriculados no ensino médio público em Cametá.

A universidade pública brasileira tem, historicamente, se apresentado como instrumento de produção de ciência e tecnologia. Não obstante, vem enfrentando profundas dificuldades no que tange à sua capacidade de ampliar o número de vagas, assim como de sair dos grandes centros urbanos e chegar nas pequenas e médias cidades do interior de regiões como a Amazônia.

Gráfico 2. Universidade Pública no estado do Pará



Fonte: (TRINDADE, SILVA, 2022).

No processo seletivo de 2018 da Universidade Estadual do Pará, foram ofertadas 1.810 vagas, com cerca de 94.184 inscritos nesse processo seletivo (Gráfico 2). No processo seletivo de 2019 da mesma Universidade, foram ofertadas 3.650 vagas, com 86.039 candidatos inscritos neste processo seletivo (Gráfico 2). No processo seletivo de 2020, da mesma Universidade, foram ofertadas 3.656, com 83.035 candidatos inscritos. No processo seletivo de 2021, da mesma Universidade, foram ofertadas 3.838, com 43.838 candidatos inscritos (Gráfico 2).

Verifica-se, ainda, no Gráfico, que no processo seletivo de 2018 da Universidade Rural da Amazônia foi aderido ao SISU como processo seletivo, sendo ofertadas 2.000 vagas, obtendo-se 21.889 candidatos inscritos nesse processo seletivo. No processo seletivo SISU de 2019, da mesma Universidade como processo seletivo, foram ofertadas 2.000 vagas, obtendo-se 41.326 candidatos inscritos nesse processo seletivo. No processo seletivo SISU de 2020, da mesma Universidade como processo seletivo, foram ofertadas 2.190 vagas, obtendo-se 41.080 candidatos inscritos nesse processo seletivo. No processo seletivo SISU de 2021, da mesma Universidade como processo seletivo, foram ofertadas 2.190 vagas, obtendo-se 32.422 candidatos inscritos nesse processo seletivo.

No processo seletivo de 2018 da Universidade Federal do Oeste do Pará foram ofertadas 1.325 vagas, com 12.851 candidatos inscritos (Gráfico 2). No processo seletivo de 2019 da Univer-

sidade Federal do Oeste do Pará foram ofertadas 1.571 vagas, com 12.238 candidatos inscritos (Gráfico 2). No processo seletivo de 2020 da mesma Universidade, foi ofertado um total de 1.465 vagas, com um total de 13.327 candidatos inscritos. No processo seletivo de 2021 da mesma Universidade, foi ofertado um total de 1.400 vagas, com um total de 7.347 candidatos inscritos.

Consoante o Gráfico, nos processos seletivos de 2018 da Universidade Federal do Pará foram ofertadas 5.903 vagas, com 109.907 candidatos inscritos. No processo seletivo de 2019 da mesma Universidade, foi ofertado um total de 7.347 vagas, com um total de 88.376 candidatos inscritos. No processo seletivo de 2020 da mesma Universidade, foi ofertado um total de 7.143 vagas, com um total de 80.728 candidatos inscritos. No processo seletivo de 2021 da mesma Universidade, foi ofertado um total de 7.531 vagas, com um total de 79.881 candidatos inscritos.

Verifica-se, ainda, no Gráfico, que no processo seletivo de 2018 da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará foi aderido ao SISU como processo seletivo, sendo ofertadas 1.246 vagas, obtendo-se aproximadamente 21.000 candidatos inscritos nesse processo seletivo. No processo seletivo SISU de 2019, da mesma Universidade como processo seletivo, foram ofertadas 1.370 vagas, obtendo-se 41.326 candidatos inscritos nesse processo seletivo.

No processo seletivo SISU de 2020, da mesma Universidade como processo seletivo foram ofertadas 1.450 vagas, não foi possível encontrar os números de candidatos inscritos nesse processo seletivo. No processo seletivo SISU de 2021, da mesma Universidade como processo seletivo foram ofertadas 1.425 vagas, não foi possível encontrar os números de candidatos inscritos nesse processo seletivo.

Interiorização da universidade pública: refletindo sobre a experiência do Campus de Cametá-UFGA (Polo SEDE)

A Universidade Federal do Pará assumiu o compromisso de levar ensino, pesquisa e extensão com papel decisivo para desenvolvimento da região amazônica no estado do Pará, mesmo diante de inúmeros desafios, como o de enfrentar os cortes de orçamento dos últimos anos, a UFGA se prontificou em ampliar sua atuação para vários outros municípios do estado do Pará.

Desde 1986, a UFGA expandiu sua área de atuação para o interior do estado, com a criação de campi universitários, localizados em cidades estratégicas das micro-regiões paraenses. Ressalte-se que é a única universidade federal da Região Amazônica que se estrutura em dez (10) campi, atingindo 115 municípios dos 143, o que representa o atendimento a 80% do estado do Pará, favorecendo o desenvolvimento de ações educativas e científicas em todos os níveis (CAMARGO, 2011, p. 146).

E através da política multicampi a Universidade Federal do Pará, se descentraliza para possibilitar mais acesso à universidade, indo de encontro aos municípios do interior no estado do Pará, levando ensino, pesquisa e extensão desse modelo implantado.

O modelo de estrutura multicampi da universidade abrange dimensões territoriais, em relação às regiões geográficas e centros urbanos; espaço-temporais e funcionais que dizem respeito aos cenários históricos, culturais, interagindo com os valores locais e regionais; bem como, ações funcionais e áreas de conhecimento, as quais têm efeitos diretos no desenvolvimento das atividades e projetos, agregando cursos, docentes e discentes (ANDRADE et al., 2020, p. 104).

A partir da Resolução 1.355 de 13 de fevereiro de 1986, teve como primeiro projeto de interiorização aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP), que instituiu o Programa de Interiorização da UFGA, constituído por cursos de licenciatura plena em vários municípios, dentre eles o de Cametá, dessa forma, foi sistematizado esse modelo de universidade multicampi da UFGA, tornando-se uma das

mais interiorizada na região amazônica, proporcionando o acesso aos jovens da região que não teriam condição de se locomover de seus municípios para capital do estado.

O Projeto de Interiorização teve como ação efetiva a formação do educador de licenciatura plena, como objetivo, desafio de qualificar o quadro docente no interior do Estado. A referida ação possibilitou a formação de milhares de licenciados no interior do Pará que, sem essa política, dificilmente teriam acesso a um curso de nível superior em uma universidade pública (COELHO, 2008. p.33).

Com a criação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS/Cametá) que se estabelece como unidade regional da Universidade Federal do Pará (UFPA), que tem autonomia administrativa e acadêmica, tendo como objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de cursos de graduação e de pós-graduação, regulares e intervalares.

Nessa ação podemos dizer que possibilitou o acesso ao ensino superior e capacitação docente, contribuindo de forma significativa na cidade Cametá e região.

Atualmente, o Campus de Cametá completa 35 anos de atuação e mantém os seguintes cursos: Agronomia, Ciências Naturais, História, Letras - Língua Portuguesa, Letras - Língua Inglesa, Matemática, Pedagogia, Sistemas de Informação e contém 10 Faculdades que integram O Campus de Cametá: Faculdade de Ciências Exatas, Faculdade de Ciências Agrárias e Naturais, Faculdade de Educação, Faculdade de Linguagem, Faculdade de Língua Inglesa, Faculdade de História.

Os dados obtidos nessa pesquisa, mesmo com as dificuldades de ampliação de números de vagas nos últimos anos que todas as universidades públicas no estado do Pará vem enfrentando, é reflexo dos cortes orçamentários que impossibilitam ampliação do acesso à o ensino superior, o resultado são demanda muito grande de inscritos para concorrer por uma vaga nas universidades.

Política educacional “contenedora” no Segundo Grau/Ensino Médio para desviar demanda do Ensino Superior, já tivemos na ditadura e no octênio Fernando Henrique Cardoso. Estamos destinados a repetir o passado? Presumo que pode ser ainda pior do que isso. Durante a ditadura, não faltaram propostas de transferência das universidades públicas para o setor privado, pelo menos para que elas passassem a cobrar mensalidades a preço de mercado. Tais propostas não se concretizaram devido à grande resistência de estudantes e professores, assim como pelo aumento da oferta de vagas nas universidades e faculdades privadas (CUNHA, 2017, p. 383)

São as séries de ataques que as Universidades vêm sofrendo, de acordo com Cunha (2017) são reflexo do passado que estamos sujeitos a passar hodiernamente, ataques fantasiados de políticas educacionais em que busca a privatização das universidades, que reforça que precisamos continuar com muita resistência da sociedade acadêmica de tais políticas.

A Interiorização das licenciaturas plenas pela UFPA, em Cametá, proporcionou a participação de pessoas da classe pobre da sociedade na Universidade. (...)filhos de pais que não tiveram, em sua maioria, oportunidade de concluir o Ensino Fundamental. Hoje, parcela significativa, foram inseridos no mundo do trabalho, empregando-se por intermédio de concurso público na rede municipal de ensino, tendo se realizado profissionalmente (COELHO, 2008, p. 36).

A UFPA Campi de Cametá, através da interiorização, reforça o papel e compromisso em proporcionar acesso à universidade mais próximo da sua casa e realizando sonhos de famílias mais empobrecida e de transformação social das mesmas, pois alguns pais não se tinha perspectiva de acesso à universidade a não ser pública para seus filhos.

Foi esse procedimento que possibilitou, aqui, a análise das contribuições da interiorização para o processo formativo, pois sem esses meios muitos dos docentes e discentes que ocupam hoje os espaços das instituições não teriam “feito” universidade, se não houvesse universidade implantada nesses locais, o que reflete nos inúmeros pais de estudantes que não conseguiram cursar o ensino superior por falta de condições. Hoje, com a expansão dessa possibilidade, muitos filhos e filhas de trabalhadores estão inseridos nessa dinâ-

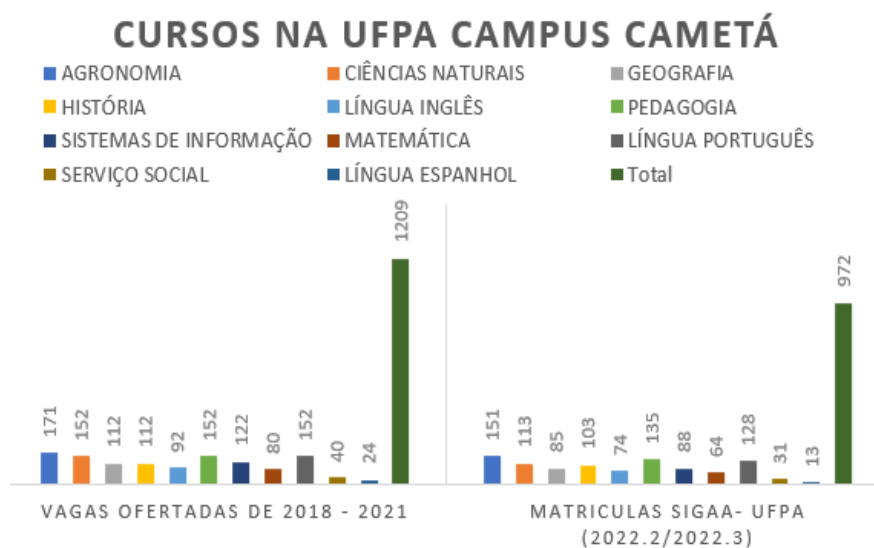
mica universitária, podendo, a partir da formação recebida, lutar por melhores condições de vida para si e para suas comunidades (SILVA et al., 2020. p. 36).

Essa perspectiva torna-se um laço fundamental entre a universidade e a sociedade, que vem se fortalecendo através da extensão universitária, que possui um papel importante como retorno a sociedade daquilo que é produzido dentro da universidade.

A Extensão Universitária possui papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer frente à sociedade. É preciso, por parte da Universidade, apresentar concepção do que a extensão tem em relação à comunidade em geral. Colocar em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula e desenvolvê-lo fora dela. A partir do momento em que há esse contato entre o aprendiz e a sociedade beneficiada por ele, acontece por parte dos dois lados, benefícios. Aquele que está na condição do aprender acaba aprendendo muito mais quando há esse contato, pois torna-se muito mais gratificante praticar a teoria recebida dentro da sala de aula. Esse é o conceito básico de extensão (RODRIGUES, et al. 2013. p. 02).

Dessa forma, os alunos ingressantes no decorrer de suas formações em seus determinados cursos de graduação, a extensão vai possibilitando reflexão dos seus conhecimentos adquiridos e colocando na prática e tendo contato com sua área de atuação.

Gráfico 3. Número de vagas ofertadas e matriculados na UFPA CAMPUS CAMETÁ



Fonte: (TRINDADE, SILVA, 2022).

O (Gráfico 3) demonstra os cursos e número de vagas ofertados de 2018 a 2021 no Centro de Processo Seletivo (CEPS da Universidade Federal do Pará (UFPA) e discentes matriculados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para período 2022.2 e 2022.3 são os cursos na modalidade extensiva e intensiva no Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS).

Conforme o (Gráfico 3) no curso de Agronomia foram ofertados no total 171 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 151 discentes. No Curso de Ciências Naturais foram ofertados no total 152 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 113 discentes. No Curso de Geografia foram ofertados no total 112 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 85 discentes. No Curso de História foram ofertados no total 112 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 103 discentes. No Curso de Língua Inglês foram ofertados no total 92 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 86 discentes. No Curso de Pedagogia foram ofertados no total 152 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 106 discentes. No Curso de Sistemas de informação foram ofertados no total 122 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 88 discentes. No Curso de Matemática foram ofertados no total 80 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 64 discentes. No Curso de Letras - Língua Português

foram ofertados no total 152 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 128 discentes.

Ainda consoante o (Gráfico 3), No Curso de Serviço social, flexibilizado pelo Campus de Breves para o Campus de Cametá, foram ofertados no total 40 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 31 discentes. No Curso de Letras – Língua espanhol, flexibilizado pelo Campus de Abaetetuba para o Campus de Cametá, foram ofertados no total 24 vagas, porém, atualmente matriculado no SIGAA são 13 discentes.

No (Gráfico 3) representa o somativo de vagas de 2018 a 2021, o número de vagas ofertadas de acordo com CEPS foram ao total 1.209, no entanto, conforme o somativo de matrículas dos cursos de 2018 a 2021 no CUNTINS realizado no SIGAA no período de 2022.2 e 2022.3 foram ao total de 972 discentes, em termo percentual representa que ainda aproximadamente 80% das vagas ofertadas pelo CEPS-UFGA, continuam sendo ocupadas por esses discentes, reflete que houve também uma baixa de discentes nesse período em torno de 20%.

Para o aprofundamento desta pesquisa, faz-se necessário refletir diante do referencial teórico por meio de vários autores que articulam com a temática como suporte principal para construção das categorias discutidas no levantamento bibliográfico, que fazem desta pesquisa de uma forma compreensível do teor da pesquisa, as categorias são: Educação Básica, Ensino Médio, Universidades Pública, Universidade Multicampi, Interiorização, Extensão Universitária e Assistência Estudantil.

Devemos considerar a educação básica como princípio da materialização da formação dos estudantes no Brasil, segundo a Lei 9394/96, Lei de diretrizes e bases da educação nacional em seu Artigo 21 que estabelece como nível de educação nacional que a educação básica é composta por três níveis de educação que são: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A própria etimologia do termo base nos confirma esta acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. Base provém do grego *básis*, *eós* e significa, ao mesmo tempo, pedestal, suporte, fundação e andar, pôr em marcha, avançar. A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar (CURY, 2002, p. 170).

Diante dos níveis de educação proposto como base, a educação infantil é o início da jornada estudantil que se encerra no ensino médio e ainda no Artigo 22 da LDB vai referir à finalidade da educação básica. “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).” A educação básica mostra sua finalidade regimentada pela LDB, se alinhando com o exercício da cidadania e do trabalho, dando a perspectiva de continuação, possibilitando a progressão de fase em ambas, demonstrando a educação também foi pensada nos aspectos de desenvolvimento econômico do país.

Para Frigotto (2017) a educação básica é concebida em dois casos, o primeiro caso que a educação é pensado pelo monopólio do capital humano, em que amplia as possibilidades da classe dominantes, com forte corrente de ideias de educação para integração, ascensão e mobilidade social. No segundo caso, ele considera as crescente incorporação de capital morto nas ciências e tecnologias como forma diretas da evolução do desemprego estrutural, em que formam uma sociedade supérflua de conhecimentos, que indicam que não há lugar para todos e apresentam a realidade de forma invertida, em que o nosso desenvolvimento está senso barrado porque temos baixos níveis de escolaridade e os trabalhadores não têm emprego porque não investiram em sua formação, demonstrando a quantidade elementar a educação básica e de formação técnico-profissional que os constitua reconhecidos e desejáveis pelo mercado como “cidadãos produtivos”.

Dessa forma, entendemos que na educação básica é somente o início de toda trajetória acadêmica e de seus desafios, tanto de acesso à escola ou ainda de enfrentamento das desigualdades, seja no decorrer desse processo ou na sua conclusão.

Sabemos todos que a distribuição de renda e da riqueza no país determina o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Sabemos também que o aumento da permanência de estudantes na escola depende da realização do direito ao saber, sob um padrão de qualidade possível de ser incrementado (CURY, 2002. p. 169).

São desafios que no ensino médio se intensifica e consiste na vida dos estudantes no Brasil, consoante Nosella (2011) o próprio termo descrito como ensino “médio” remete algo equidistante do ensino fundamental e superior.

E assim vai refletir também no acesso ao Ensino médio, em que os jovens estão desenvolvendo sua autonomia, com o peso de definir sua trajetória ou em casos que é nem possível escolher, é propriamente imposto através da realidade que vive.

A extrema desigualdade na distribuição das oportunidades de vida faz com que para muitos deles a escolarização, em si mesma, seja uma experiência literalmente impossível, algo que escapa completamente a seu projeto de vida (FANFANI, 2000, p. 6).

Nesse sentido, os alunos que chegam à escola já com umas séries de trajetórias e experiências de mundo. Conforme Dayrell e Carrano que defini o conceito de juventude.

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. A entrada na juventude se faz pela fase da adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social (DAYRELL, J.; CARRANO, P., 2014, p. 111).

É nessa fase de juventude que acontece as transformações tanto de faixa etária e nas condições sociais em meio de sua convivência que vem estabelecendo construções e formações, pois, de acordo com Dayrell e Carrano (2014) é no ensino médio que os jovens vão fazer questionamento relacionado a sua identidade e que gera conflito em torno dessa construção de identidade.

O Ensino Médio é uma etapa de formação não apenas intelectual-cognitiva, mas também um momento de construção de identidades e de pertencimentos a grupos distintos, de elaboração de projetos de vida, ainda que as condições e os percursos dos jovens sejam bastante distintos. É uma fase de ruptura e de reconstrução (WELLER, 2014. p. 159).

Considerando que na conclusão do ensino médio os alunos de escola pública não passam diretamente para universidades públicas ou para se ter um emprego formal, como uma fase concomitante, devido umas séries de fatores, que estão sujeitos a passar em sua preparação para prestar o vestibular que é uma forma de acesso à universidade. Weller (2012) demonstra em sua pesquisa que alunos oriundos de escolas públicas chegam a permanecer de 3 a 4 anos em cursinho pré-vestibular.

Nesse sentido fica evidente a necessidade pensamos em ensino médio como ponte de ingresso a universidade pública, para desafogar o número muito grande de alunos de ensino médio que cada ano é barrado no filtro que é a prova de vestibular.

A Universidade surgiu como contemporânea de uma transição no momento em que a Europa dos dogmas e do feudalismo iniciava seu rumo ao renascimento do conhecimento e à racionalidade científica, do feudalismo ao capitalismo. Redescobrimo nos conventos, por obra de judeus e muçulmanos, o conhecimento da filosofia clássica dos gregos, a universidade foi instrumento da criação do novo saber que serviria ao novo mundo, que surgiu entre o fim do feudalismo dogmático e a consolidação do liberalismo capitalista. De certa forma, a universidade retomava a experiência das “academias” platônicas da Grécia clássica quando, a partir do século VI a C., o pensamento começou a fazer uma transição do pensamento mítico para a racionalidade (BUARQUE, 2000, p.19).

O surgimento das universidades foi estruturando ao decorrer dos tempos, com rupturas de pensamentos abstratos diante da busca de conhecimentos provocando evolução racional.

Mas no Brasil as universidades foram pensadas inicialmente para elite, só anos com muita luta e através da conquista da criação da universidade pública, em que muitos alunos da classe subalterna puderam sonhar em ter acesso ao ensino superior, mesmo a universidades sendo expirada das criações de outros países e gerada por pensadores brasileiros que foi e vem se construindo temporalmente.

Para Chauí (2003) a universidade é uma instituição social de uma maneira em que é regida determinada a sua estrutura e o funcionamento da sociedade na totalidade, é que dentro da instituição universitária se faz presente opiniões, atitudes e projetos conflitantes que compõe as mais variadas contradições da sociedade, em que referir-se a sua criação como universidade pública, uma ação, na prática social cabendo lhe autonomia em exercer intelectualmente e cientificamente e também na sua gestão financeira.

Esse modelo institucional de universidade fundamenta-se na concepção humboldtiana de universidade. Modelo clássico de universidade que se proliferou a partir do modelo europeu, derivado principalmente das primeiras universidades que surgiram e não possui uma relação direta com o trabalho. Tal modelo aproxima-se da teoria liberal, já analisada anteriormente. Valoriza o trabalho intelectual e o trabalho abstrato, conforme já destacado, e vive uma autonomia relativa do estado e do mercado. Centra-se na produção do conhecimento universal, por meio da investigação científica livre, autônoma, dos interesses do Estado ou da Igreja, em todas as áreas do conhecimento. Junta em seu interior, correntes teóricas opostas, inclusive, nas quais lutam liberais e marxistas. Não se está afirmando que há uma convivência harmônica. Pelo contrário, a divergência de ideias e a contradição, alimentadas pelo debate livre, encontrou terreno fértil nesse modelo institucional (SILVA et al., 2019, p.108).

A universidade pública o longo da história vem se configurando como instituição produtora de conhecimento tecnológico e científico, atuante no tripé da educação na gratuidade de ensino, pesquisa e extensão, compromissada na qualidade social e desenvolvimento regional.

A universidade pública construída nesta região se metamorfoseou em instituição diversa daquelas existentes nos grandes centros urbanos ou em polos desenvolvidos do capital. Aqui, constituiu-se em instrumento de luta pelo desenvolvimento regional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e, concomitantemente, da formação profissional dos sujeitos da região (SILVA et al., 2020, p. 34).

O ensino superior no estado do Pará, surge através das faculdades livres, só 1952 o projeto de lei foi apresentado na câmara dos deputados com intuito de despertar o povo amazônico para capacitá-lo tecnologicamente e cientificamente, e o projeto foi sancionado em 2 de julho de 1957, o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, sancionou a Lei n.º 3.191 que criou a Universidade Federal do Pará.

Para Gadotty (2013), os campos de atuação da Extensão Universitária são imensos e muito diversos para se atuar no campo da formação, cultura, meio ambiente, na construção de conhecimento interdisciplinar e na qualificação profissional, na transferência de tecnologia, desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, inovação, desenvolvimento institucional e novas tecnologias, práticas cidadãs em ambientes escolares, estágios e iniciação científica, criação de laboratórios e observatórios, desenvolvimento local rural.

É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (PAULA, 2013, p. 16).

Mediante da proporcionalidade que a extensão coloca aos discentes, ela também apresenta os

caminhos onde os mesmos terão que vivenciar e forma suas opiniões de sua perspectiva de trajetória acadêmica, mas, por outro lado, para esses discentes vivenciar também gerar a necessidade além de acesso ao ensino superior às condições para conseguir concluir sua formação mediante dos custos e as diversidades de problemas como exemplo a pandemia enfrentado por todos, mas para este aluno pode ser bem pior a condições financeira alta inflação e nível de desemprego que corroboram com a permanência destes discentes, por mais que a universidade pública não cobre mensalidade.

Para Silva et al. (2020), a educação, nesse contexto da crise da saúde pública, impulsionado pela crise do capital, processo desafiador de construção de uma nova realidade, onde prevaleça a mudança de mentalidade em todos os aspectos da vida humana. Trata-se de uma crise na saúde pública, provocando implicações em todas as esferas da sociedade global, que aflige nas relações de trabalho, nas estruturas dos estudos, e até mesmo nas formas de se diversão e convívio, buscando-se adaptar em diferentes situações nessa nova realidade. Um cenário, portanto, que não ausenta a região do Baixo Tocantins.

No campus de Cametá os discentes alguns são da região de Cametá que fica na região do baixo Tocantins formada por ilha são cortadas pelas águas do influente Rio Tocantins ou de estrada e precisam se locomover para chegar à unidade.

As políticas de assistência estudantis na educação superior têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Sendo assim, tais políticas devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo realizar as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógicas e psicológicas. Esse trabalho mapeia as políticas de assistência estudantil mais importantes instituídos, no plano nacional, com vistas a colaborar na universalização da permanência à educação superior (COSTA, 2009, p. 02).

Dessa maneira, evidente a necessidade de ampliação da Política de assistência estudantil para fomentar o ensino superior, gerando condições financeiras, para que esses discentes não desistam de sua formação e para contínua incentivando o seu desenvolvimento acadêmico.

Considerações Finais

Portanto, consideramos que essa pesquisa demonstra a relevância da universidade pública, que se articula com seu papel em proporcionar ciência e tecnologia e desenvolvimento em outros municípios do estado do Pará, através de sua reestruturação multicampi, em que a Universidade Federal do Pará se desafiou em levar ensino, pesquisa e extensão para cidades do interior, onde estão situados estrategicamente os seus campi.

Dessa forma através da interiorização das universidades que vem atuando e resistindo com os cortes que tornam muito complexo processo de ampliação de número de vagas nas IES públicas, e de assistência estudantil, temos como exemplo a Universidade Federal do Pará, no Campus de Cametá, através de sua reestruturação multicampi, atuante como a universidade mais interiorizada da nossa região, mediante a política de extensão sendo uma perspectiva de ingresso ao ensino superior, possibilitando acesso aos jovens oriundos de escola pública através das ofertas de 10 cursos de graduação mais próximos de suas residências, diante dos desafios enfrentados pelos jovens da região amazônica do Pará se faz ainda necessário dar as condições de ampliação para assistência estudantil para poder contribuir ainda mais para que seus discentes possam permanecer até a conclusão dos cursos que foram aprovados.

Referências

ANDRADE, C. M. P. DE; PIMENTA, L. B. Estrutura E Organização Na Universidade Multicampi. **Plurais Revis-**

ta **Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 96-122, 7 ago. 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011. Severino, Antonio Joaquim, 1941 - **Metodologia do trabalho científico** / António Joaquim Severino. 23. ed. rev. e atual, - São Paulo: Cortez, 2007.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Unesp, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de et al. **Universidade Federal do Pará (UFPA): um modelo de universidade multicampi para a Amazônia**. A Universidade no Brasil: concepções e modelos, 2011.

COELHO, M. do S. da C. Nas **Águas o Diploma: o Olhar dos Egressos sobre a Política de Interiorização da UFPA em Cametá-PA**. 332f. 2008. Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Simone Gomes. **A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 373-384, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 168-200, 2002.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2003, n. 24 [Acessado 16 julho 2022], pp. 5-15. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>>. Epub 25 out 2006. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>.

DAYRELL, J., & CARRANO, P. (2014). Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 101-133.

FANFANI, Emílio Tenti. **Culturas juvenis y cultura escolar**. Documento apresentado no seminário Escola Jovem: um novo olhar sobre o ensino médio. Brasília: MEC, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade** [online]. 2007, v. 28, n. 100 [Acessado 9 julho 2022], pp. 1129-1152. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S010173302007000300023>>. Epub 29 out 2007. ISSN 1678-4626.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

GUERRA, Assis E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Grupo Ânima Educação: Belo Horizonte, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama da cidade de Cametá. Cametá: IBGE**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Nosella, Paolo. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação & Sociedade** [online]. 2011, v. 32, n. 117 [Acessado 23 setembro 2022], pp. 1051-1066. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400009>>. Epub 03 fev 2012. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400009>.

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1941 **Metodologia do trabalho científico** / Antônio Joaquim Severino. • 23. ed. rev. e atual, - São Paulo: Corres, 2007.

SILVA, João Batista Do Carmo et al. O perfil socioeconômico dos estudantes do curso de pedagogia da UFPA/CAMETÁ, 2020. In: **Universidade, formação e trabalho** [recurso eletrônico]: implicações do isolamento social na rotina dos (as) estudantes do curso de pedagogia / Organizador João Batista do Carmo Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.

SILVA, João Batista do Carmo et al. Função social da universidade no interior da Amazônia em tempos de pandemia, 2020. In: **Universidade, formação e trabalho** [recurso eletrônico]: implicações do isolamento social na rotina dos (as) estudantes do curso de pedagogia / Organizador João Batista do Carmo Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.

SILVA, João Batista do Carmo. **Universidade e trabalho na Amazônia** / João Batista do Carmo Silva. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019. 271p.

RODRIGUES, A. L. L.; COSTA, C. L. N. do A.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; PASSOS NETO, I. de F. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 141–148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 21 jul. 2022.

Universidade Federal do Pará, **Resolução nº 1.355 de 23 de fevereiro de 1986**. Dispõe aprovação do Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. Transições entre o meio social de origem e o milieu acadêmico: discrepâncias no percurso de estudantes oriundas de escolas públicas na Universidade de Brasília. **Revista Estudos**

de Sociologia. Recife, v. 18, n. 2, ago./dez. 2012.

Recebido em 16 de outubro de 2022

Aceito em 21 de abril de 2023